



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Nas últimas semanas, o Grupo Parlamentar do CDS-PP tem recebido várias chamadas de atenção para a deterioração do serviço da Carris, numa altura em que o Município de Lisboa se prepara para assumir as atribuições e competências legais do serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade.

Entre as várias queixas incluem-se a não realização, sem aviso prévio, e em várias carreiras, de horários previstos, nomeadamente nos períodos da manhã e de fim de dia, coincidindo com o maior fluxo de deslocações de passageiros entre casa e trabalho.

Deslocações que normalmente demorariam entre 45 minutos a uma hora, demoram agora cerca de uma hora a hora e meia, em carreiras no centro da cidade.

Esta situação prejudica os passageiros, nomeadamente os que possuem passe mensal que, para não chegar atrasados aos seus empregos, acabam por ter de optar por transporte alternativo.

O transporte público coletivo é uma alternativa cada vez mais importante nos grandes centros urbanos, saturados com trânsito, constituindo uma forma sustentável de substituição do automóvel e facilitando a mobilidade dentro das cidades.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1- A transferência para a Câmara Municipal de Lisboa da posição contratual do Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a Carris, implicou alterações a este mesmo contrato? Se não, e porque a concessão está ainda numa fase de transição, a que se deve as alterações ao serviço?**

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2017

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

FILIFE LOBO D' ÁVILA(CDS-PP)

FILIFE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)